

Unificação é discutida há 9 anos na Câmara

CÉLIA SCHERDIEN

A proposta de unificação das polícias civil, militar e federal está sendo discutida há nove anos na Câmara dos Deputados. Na opinião do deputado Alberto Fraga (-PMDB-DF), relator da Comissão Especial da Câmara que analisa a proposta de emenda constitucional (PEC) que muda o sistema de segurança pública, para que haja a unificação é preciso que o governo

acabe com a "excrecência" do Decreto Lei 667/67 que colocou as polícias militares sob a tutela do Exército.

Em 91, o deputado Hélio Bicudo (PT-SP) apresentou PEC desmilitarizando as polícias e submetendo-as à fiscalização do Judiciário e à supervisão do Ministério Público. A proposta teve apoio de entidades ligadas aos Direitos Humanos e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A PEC foi arquivada e, no

ano passado, desarquivada.

Em 21 de junho último, o governo enviou ao Congresso o Plano Nacional de Segurança propondo a unificação das polícias civil e militar e a Lei Orgânica da polícia civil. O projeto anunciado em cerimônia no Palácio do Planalto pelo presidente Fernando Henrique Cardoso passou a fazer parte da proposta do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), um dos líderes do governo na

Câmara, que está sendo analisado desde 93.

Fraga, analisando a disposição política dos deputados da Comissão especial da Câmara, conclui que não existe a menor perspectiva e que "o próprio governo não alimenta mais a esperança de unificar as polícias". Segundo ele, na atual realidade brasileira, a proposta iria apenas unificar conflitos que existem há anos entre as duas instituições.